

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

FISCAL DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Nas questões de 1 a 50, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: Itens **CERTOS**, na coluna **C**;
Itens **ERRADOS**, na coluna **E**.

Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **Folha de Respostas**.

GRUPO I

GRUPO I

GRUPO I

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões 1, 2, 5 e 7.

Texto I

Sonho de uma noite de abril

¹ Penumbra. Escritório. Homem, com as mãos na cabeça, fuma e pensa na vida. Alto-falante:

– Já fez sua declaração de imposto de renda?

⁴ – Que renda? Que declaração? Recebi, gastei, estou sem nenhum.

– Faça declaração de imposto de renda?

⁷ – Mas...

– Até 30 de abril, improrrogavelmente!

Batem à porta. Homem vai abrir. Entra uma forma ¹⁰ gorda, que dá 210 voltas, senta-se e contempla o homem. Este:

– Quem és tu?

¹³ – Sou o Decreto n.º 40.702, que aprova o regulamento do imposto de renda.

– E vais me explicar tudo?

¹⁶ – Tudinho. Sou simples e prático. Tenho só 210 artigos, em que consolidei toda a literatura sobre o assunto.

– Literatura?

¹⁹ – Sim. Queres ver? (Bate palmas. Entram pela janela, como besouros, quinze formas diferentes, umas compridas, outras curtinhas, esta pomposa, aquela pífia.) Vou ²² apresentar... *Ladies first* (Apontando) Lei número 154. Lei n.º 2.354. Lei n.º 2.862. Lei n.º 2.973.

²⁵ – As leis cumprimentaram cerimoniosamente e tomaram assento no sofá-cama, com ares majestáticos.

– Homem: – Mas praquê tanta lei?

40.702: – Agora os senhores decretos-leis: 5.844,

²⁸ 6.071, 7.885, 9.330, 9.407, 9.781. Não está faltando alguém?

Os decretos-leis, cheirando a Estado Novo, abanam o

³¹ rabo negativamente, e ficam de pé, ao fundo.

~~40.702: – Bem. Temos ainda os decretos.~~

Aproximem-se. São o 3.079, o 36.597, o 36.773, o 38.250.

³⁴ Ah, aquele gordão é o 24.239, com seu regulamento. Tudo isso eu condensei, numa espécie de “seleções”. Mas se tiveres alguma dúvida (veja que sim, por teu ar pacóvio),

³⁷ há de consultar alguns ou todos eles...

Ruído. Os decretos-leis tentam barrar um senhor distinto, meio calvo, que introduziu o nariz na sala.

⁴⁰ 40.702: – Quem é?

– É o Código Civil, dizendo que também quer entrar.

– Deixa. Tem um artigo que me interessa.

⁴³ – O Código entra, ressabiado.

Homem (aterrorizado): – E agora, José?

40.702: – Bem. Agora é só leres com recolhimento,

⁴⁶ como a um texto metafísico, e encheres este formulário-sanfona, que te dou de graça. Não vais me esconder nada, hem? Pagarás só quatro vezes: o imposto cedular, o

⁴⁹ complementar, o adicional e o percentual de proteção à família. É fácilimo. Até 60 mil não pagas nada, por um lado; por outro, pagas 1, 2, 3, 5 ou 10 %, conforme a

⁵² cédula. Tens direito a descontar 50 mil para custeio de tua esposa. Se ela gastar mais do que isso, azar teu. Idem quanto a filhos. Pagas 50 mil do colégio, por ano, para

⁵⁵ cada um? O colégio sai de graça, pois deduzes justamente essa importância; o resto da despesa fica por isso mesmo. Se tiveres mais de 25 anos e não te casares, é espeto: 15 %.

⁵⁸ Casa, e barateia. O complementar é de uma clareza de água: de 61 a 90 mil, pagas 30 cruzeiros por conto; de 91 a 120, pagas 50; de 121 a 150, morres em 80; de 151 a

⁶¹ 200, em 110; de ...

– Tudo não é o mesmo dinheiro, ganho do mesmo modo?

⁶⁴ – Não. À medida que ganhas mais, pagas mais. Salvo

acima de três milhões, quando passarás a pagar meio conto por conto, até o infinito. Quer dizer: Se fores pessoa jurídica, poderás reavaliar o ativo, e não pagas nada. Mas sendo pessoa física, simplesmente...

– Ordenado é renda?

– Por que não? Tudo é renda. Se não for renda para ti é para o Estado. Não tens o biquinho no Instituto? Recebes e restituís; mas restituís a ti mesmo, porque o Estado é a cooperativa dos cidadãos. Ou não é?

– Homem tem uma vertigem. Leis, decretos-leis e decretos, armados de aparelhos de microfilmagem (artigo 206, do 40.702), precipitam-se sobre ele, auscultam-no – está morto – e dançam lentamente, em torno do cadáver, ao som da sanfona formulário, uma palavra de Ravel, em adaptação de J. Coringa.

As bolsas e a vida. Rio de Janeiro, Record, 1987, p. 54-6.

QUESTÃO 1

Com referência à tipologia textual, ao estilo e ao conteúdo do texto, julgue os itens seguintes.

1. O texto caracteriza-se como um crônica dramática, por estar embasada em um situação real e por ser essencialmente dialógica.
2. Grande parte do texto está escrita em discurso direto, ou seja, aquele que reproduz as falas dos interlocutores.
3. A maioria das personagens é produto do imaginário do autor, excetuando-se o protagonista, uma pessoa do sexo masculino, que narra os acontecimentos.
4. As estruturas sintáticas das linhas 1 e 2 incluem elementos elípticos.
5. A circunstância temporal não é definida precisamente; no entanto, o texto localiza os fatos em uma noite de abril de um ano qualquer.

QUESTÃO 2

Com referência ao vocabulário utilizado, julgue os itens a seguir.

1. O vocábulo “improrogavelmente” (l.8) reforça de um modo impositivo, uma circunstância temporal.
2. Em “uma forma gorda, que dá 210 voltas” (l.9-10), encontra-se a referência a uma mulher robusta, exuberante e agitada.

3. Na linha 21, os adjetivos “pomposa” e “pífia” significam, respectivamente, **vultosa e vulgar**.
4. A expressão “ar pacóvio” (l.36) pode ser corretamente interpretada como **aspecto de tolo**.
5. O adjetivo “ressabiado”(l.43) pode ser substituído por **atemorizado**, sem alteração de sentido.

QUESTÃO 3

Quanto à correção da substituição do trecho sublinhado pela forma apresentada em negrito, julgue os itens abaixo.

1. “Já fez sua declaração de imposto de renda? / Já **a fez?**”
2. “Os decretos-leis (...) abnam o rabo negativamente” / Os decretos-leis (...) **abanam-lhe** negativamente
3. “Mas se tiveres alguma dívida? / Mas se **tiveres ela.**”
4. “Os decretos-leis tentam barrar um senhor distinto? / Os decretos-leis **tentam barrá-lo**”
5. “Agora é só (...) encheres este formulário-sanfona? / Agora é só (...) **o encheres**”

Leia o texto II a seguir, de autoria de Carlos Drummond de Andrade, para responder às questões 4 e 5.

Texto II

José

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 1 | E agora, José?
A festa acabou,
A luz apagou,
O povo sumiu,
A noite esfriou,
E agora, José? | | |
| 7 | E agora, você?
Você que é sem nome,
Que zomba dos outros,
Você que faz versos,
Que ama, protesta!?
E agora, José?
(...) | | |
| 13 | Se você gritasse,
Se você gemesse,
Se você tocasse | 22 | Sozinho no escuro
Qual bicho-do-mato,
Sem teogonia, |
| 16 | A valsa vienense,
Se você dormisse,
Se você cansasse, | 25 | Sem parede nua
Para se encostar,
Sem cavalo preto |
| 19 | Se você morresse...
Mas você não morre,
Você é duro, José! | 28 | Que fuja a galope,
Você marcha, José?
José, para onde? |

Poesia e prosa completa. Rio de Janeiro, Aguilar, 1973, p.130.

QUESTÃO 4

Um aspecto genial da obra literária é a sua permanente atualidade: passam-se os anos, e ela continua falando ao leitor, apresentando-lhe questionamentos e propondo respostas que ajudem nas soluções dos seus problemas. No que diz respeito ao conteúdo do poema, julgue os itens a seguir.

1. O autor apresenta uma situação existencial limite, passível de acontecer com qualquer indivíduo.
2. O nome do interlocutor – José – surge como uma ironia frente à afirmação contida no oitavo verso.
3. O poema tem um conteúdo trágico, à medida que José passa da situação aludida na primeira estrofe, para a desdita do momento atual, destacada na última estrofe.
4. Na penúltima estrofe, a imortalidade, transgressão à característica humana da temporalidade, é atribuída ao protagonista para lhe conferir caráter santificado.
5. a expressão temporal “E agora” (v.1, 6, 7 e 12) e a circunstância condicional “Se você” (v.13 a 15 e 17 a 19) sugerem a aproximação do poema ao seguinte provérbio popular: **o que não tem remédio, remediado está.**

QUESTÃO 5

Com referência às características do estilo do autor, apresentadas nos textos I e II, julgue os itens abaixo.

1. Ao contrário do que acontece no texto I, o autor utiliza no poema formas que transgridem a língua padrão.
2. A passagem em inglês “*Ladies first*” (texto I, l.22) assim como a referência à cidade de Viena, na Áustria, (texto II, v.16) sugerem que o autor é antinacionalista.
3. Ao contrário do que ocorre no texto II, no texto I predominam o humor e linguagem irônica.
4. Leis, decretos-leis e decretos, no texto I, bem como o “cavalo preto” (texto II, v.27), são animados pelo autor, por meio da figura de linguagem chamada **personificação**.
5. O emprego de certos sinais de pontuação, nos dois textos, indica exteriorização de estados psíquicos do falante, como, por exemplo, de apelo.

QUESTÃO 6

Julgue os itens que se seguem quanto à correção gramatical.

1. O homem indagou por que existem tantas leis.
2. Há os decretos-leis de número cinco mil, oitocentos e quarenta e quatro, seis mil e setenta e hum, sete mil, oitocentos e oitenta e cinco, nove mil, trezentos e trinta, o nove mil, quatrocentos e sete, e outros.
3. Pagarás só quatro formas de impostos: o cedular, o complementar, o adicional, e o percentual, de proteção à família; é fácilimo!
4. José, o que você vai fazer agora: que a festa acabou; que a luz apagou; que o povo, sumiu, e que a noite esfriou?
5. E agora José? Você que além de ganhar dos outros e ser sem nome, para onde você marcha?

Leia o texto II a seguir para responder às questões 7 e 8.

Texto III

Aperto no contribuinte

(Receita prevê que dez milhões de brasileiros vão declarar o IR este ano)

1 A Secretaria da Receita Federal quer conhecer
melhor a população brasileira por intermédio da declaração
4 do Imposto de Renda de 1998. Para isso, reduziu os limites
de isenção para quem tem posses e bens sem rendimentos e
7 para os que têm rendimentos isentos ou tributados
exclusivamente na fonte. Com isso, o número de
10 declarantes deverá subir de 8,8 milhões no ano passado
para dez milhões em 1998. Um aumento de 14%. Parte pelo
13 crescimento da população, parte pelas reduções dos limites.
Para quem vive do trabalho, as regras do ano passado foram
mantidas. Todos que tiveram rendimentos a partir de R\$
10.800,00 em 1997 (renda mensal de R\$ 900,00) estão
obrigados a prestar contas ao fisco.

De uma maneira geral, as regras para o
16 preenchimento do Imposto de Renda da Pessoa Física estão
mantidas, lembrou o supervisor nacional do programa, Luiz
19 Carlos Rocha de Oliveira. Os contribuintes poderão abater
integralmente os gastos com previdência privada e com
22 despesas médicas, aí incluídos tratamentos dentários.
Podem descontar ainda R\$ 1.080,00 por dependente e os
gastos com instrução até R\$ 1.700,00 por dependente e com
eles mesmos.

A Receita quer entrar de cabeça na era eletrônica.

25 Segundo o supervisor nacional do Imposto de Renda 1998,
estão no forno, sendo preparadas para vir a mercado, duas
28 grandes novidades. A primeira delas é o Documento de
Arrecadação da Receita Federal (DARF) eletrônico. “Quem
31 tiver imposto a pagar e for usuário de banco pela Internet
poderá utilizar esse dispositivo”, explicou. “Sem sair de
34 casa, poderá acertar suas contas com a Receita”. Outra
novidade vai ajudar muito os trabalhadores autônomos.
37 “Estamos criando um novo programa em disquete para os
autônomos que precisam prestar contas à Receita ao longo
do ano por meio do carnê-leão”. O contribuinte vai instalar
o programa em seu computador e fará a contabilidade todos
os meses. No próximo ano, terá apenas que buscar a
informação de quanto pagou com o carnê-leão” e jogar
diretamente na declaração anual, explicou Oliveira.

40 Depois de passar o prazo para os contribuintes
entregarem a declaração do Imposto de Renda deste ano,
vai ser a vez dos isentos que têm CPF e conta
43 bancária fazerem uma espécie de recadastramento. É que a
Receita Federal quer diminuir o número de CPFs existentes
46 no país. “Há muitos casos de pessoas que morreram e
continuam cadastradas, muita duplicidade, números de
49 pessoas que não existem e outros de gente que foi
embora do país”, disse. Prazos e formulário para essa
52 iniciativa ainda estão sendo estudados. Mas Oliveira
explicou que o trabalho deverá começar em maio ou
junho. “Quem não se manifestar, terá o número de seu
CPF cancelado. Estamos estudando, inclusive, um modo
de as pessoas se apresentarem por telefone. Mas
também haverá opção de responderem pela Internet e pelos
tradicionais formulários.”

Liama Verdini. Economia & Trabalho. *Correio Braziliense*, 14/02/98, p. 16 (com adaptações)

QUESTÃO 7

1. Confrontando o texto III, **Aperto no contribuinte**, com o texto I, **Sonho de uma noite de abril**, quanto às idéias apresentadas, ao estilo e à forma de discussão do tema, julgue os itens seguintes.
2. Ambos os textos discutem o mesmo tema, mas por meio de tipologias diferentes: o texto I é narrativo e dialógico; o texto III é informativo/dissertativo e apresenta algumas citações.
3. São aspectos presentes nos dois textos: os descontos com instrução, com dependentes, com previdência privada e com despesas médicas; a faixa de isenção;

as modalidades de recolhimento e o prazo para entrega da declaração.

4. O texto de Drummond põe em questão a multiplicidade de instrumentos legais que normatizam o tema, aspecto que é ignorado no texto III.
5. O texto III, diferentemente do texto I, tem como foco a Secretaria da Receita Federal e não considera os sentimentos do cidadão na hora do **Aperto no contribuinte**.
6. Enquanto o texto I é predominantemente conotativo, estruturado em linguagem figurada, o texto III é essencialmente denotativo, primando pela objetividade das informações.

QUESTÃO 8

Os itens a seguir apresentam períodos do texto III, reestruturados. Tendo como parâmetro o texto original, julgue-os quanto à manutenção do sentido na nova versão.

1. Linhas 27 a 29: **Esse dispositivo poderá ser utilizado por quem tiver imposto a pagar e for usuário de banco pela Internet.**
2. Linhas 32 a 34: **Um novo programa em disquete está por ser criado, ao longo do ano, para os autônomos que precisem prestar contas à Receita, por meio do carnê-leão.**
3. Linhas 36 a 38: **Segundo Oliveira, o contribuinte terá apenas de buscar a informação de quanto foi pago por meio do carnê-leão e jogar diretamente na declaração anual, no ano seguinte.**
4. Linhas 44 a 46: **Existem casos de muitas pessoas que faleceram e permanecem cadastradas; muita duplicidade, números de cadastro de contribuintes inexistentes e outros de pessoas que foram embora do país.**
5. Linhas 49 a 52: **Estamos estudando um modo de cancelar o CPF das pessoas que não se apresentarem por telefone.**

QUESTÃO 9

Com referência à correção no emprego dos sinais de pontuação, julgue os itens que se seguem.

1. A Secretaria da Receita Federal quer conhecer melhor a população brasileira, por intermédio da declaração do Imposto de Renda de 1998; para isso, reduziu os limites de isenção: para quem tem posses, bens sem rendimentos, para os que têm rendimentos, isentos ou tributados, exclusivamente na fonte.
2. De uma maneira as geral as regras para o preenchimento do Imposto de Renda da Pessoa Física estão mantidas – lembrou o supervisor nacional do programa, Luiz Carlos Rocha de Oliveira –: os contribuintes poderão abater integralmente os gastos com previdência privada e com despesas médicas (aí incluídos tratamentos dentários); podem descontar ainda R\$ 1.080,00 por dependente e os gastos com instrução, até R\$ 1.700,00 por dependente, inclusive com a deles mesmos.
3. A Receita quer entrar de cabeça na era eletrônica! Segundo o supervisor nacional, do Imposto de Renda-1998, estão no forno sendo preparadas para vir a mercado, duas grandes novidades: a primeira delas é o DARF eletrônico; a segunda é a declaração pela Internet, sem sair de casa.
4. Outra novidade vai ajudar muito os trabalhadores autônomos; um novo programa em disquete – para os autônomos que precisam prestar contas, ao longo do ano – por meio do carnê-leão. O contribuinte instalará o programa em seu computador, e fará a contabilidade todos os meses – explicou Oliveira.
5. Depois de passar o prazo para os contribuintes entregarem a declaração, vai ser a vez de os isentos, que têm CPF, fazerem uma espécie de recadastramento; é que a Receita Federal quer diminuir o número de CPFs existentes no país, porque há muitas irregularidades.

QUESTÃO 10

Julgue os itens a seguir com referência à correção ortográfica, vocabular, morfosintática e semântica.

1. O serco aperta para quem têm bens e para quem têm rendimentos-extra, fora as receitas de trabalho.
2. As empresas estão obrigadas a enviar para a Receita Federal a lista completa do imposto de renda retido na fonte de seus funcionários, até o dia 27 de fevereiro de 1998.

3. Os brasileiros terão até o dia 30 de abril para entregar suas declarações nas unidades da SRF em todo o País, ou nas agências bancárias.
4. O primeiro dos sete lotes de restituição irão para os bancos no dia 15 de junho e, como no ano passado, receberão primeiro os que declararem via Internet ou via disquete.
5. A Receita também está interessada em saber quem possui rendimentos isentos, de aplicações financeiras ou de aluguéis, de valor igual ou superior a R\$ 40 mil por ano.

CONTABILIDADE

QUESTÃO 11

Fusão, incorporação e cisão são modalidades de reorganização de sociedades, previstas em lei, que permitem às empresas, a qualquer tempo, promover as reformulações que forem apropriadas, atendendo a diversos objetivos. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo.

1. Um processo de incorporação, fusão ou cisão, antes de se efetivar, requer que os órgãos da administração ou sócios das sociedades interessadas firmem um protocolo, que incluirá os critérios e as principais bases de efetivação da modalidade de reorganização a ser implementada.
2. Até sessenta dias após publicados os atos relativos à incorporação ou fusão, o credor por ela prejudicado poderá pleitear judicialmente a anulação da operação.
3. Incorporação é a operação pela qual se unem duas ou mais sociedades para formar sociedade nova, que lhes sucederá em todos os direitos e obrigações.
4. Fusão é a operação pela qual a companhia transfere parcelas do seu patrimônio para uma ou mais sociedades, constituídas para esse fim, ou já existentes, extinguindo-se a companhia fusionada, se houver versão de todo o seu patrimônio, e dividindo-se o seu capital, se a versão for parcial.
5. Na incorporação, fusão ou cisão, a contabilidade pode adotar o critério de avaliação dos ativos a

valores de saída, na base de liquidação forçada, decaindo os princípios de contabilidade, a menos que se trate de companhia aberta, com ações negociadas em bolsa de valores.

QUESTÃO 12

A Resolução CFC n.º 750, de 29 de dezembro de 1993, estabeleceu os princípios fundamentais de contabilidade aplicáveis às sociedades brasileiras. A respeito desse assunto, julgue os itens seguintes.

1. Na aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade a situações concretas, a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais.
2. Como resultado da observância do princípio da oportunidade, o registro das variações patrimoniais não deve ser feito na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência, mesmo que tecnicamente estimável.
3. A continuidade influencia o valor econômico dos ativos e, em muitos casos, o valor ou o vencimento dos passivos.
4. Conforme o princípio do registro pelo valor original, uma vez integrado ao patrimônio, o bem, o direito ou a obrigação não poderá ter alterado seu valor intrínseco, admitindo-se, tão-somente, sua decomposição em elementos e/ou sua agregação, parcial ou integral, a outros elementos patrimoniais.
5. O princípio da prudência não se aplica somente às mutações posteriores.

QUESTÃO 13

A demonstração do resultado do exercício é de grande importância para o usuário da informação contábil, pelo seu conteúdo, evidenciando as transações econômicas realizadas por uma empresa em um determinado período de tempo e o seu resultado, em termos de lucro líquido ou prejuízo, permitindo a análise do desempenho da empresa. Com relação a esse tema, julgue os itens que se seguem.

1. Visando à elaboração da demonstração do resultado do exercício, para satisfazer às exigências societárias, a contabilização das vendas deve ser feita apenas pelo seu valor líquido.
2. Para os fins de preparação da demonstração do resultado consolidada, devem ser eliminadas as receitas e despesas de transações realizadas entre empresas pertencentes ao mesmo conglomerado econômico, objeto da consolidação.
3. No caso de contratos de fornecimento de longo prazo, o reconhecimento da receita e do custo correspondente deve ser feito na medida do progresso físico dos contratos, pelo método de percentagem de acabamento.
4. Na avaliação do custo dos produtos vendidos, caso das empresas industriais, o método mais adequado é o do custeio direto (ou custeio variável), em consonância com os princípios fundamentais de contabilidade.
5. Certas receitas auferidas pelas empresas, como aquelas oriundas dos empregados pelo uso de refeitório, devem ser registradas como receitas e nunca como redução de despesas.

QUESTÃO 14

As empresas mercantis devem preparar as demonstrações contábeis em cada período, nelas contemplando o valor correspondente ao imposto sobre a renda. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

1. No balanço, o imposto sobre a renda pode ser apresentado no ativo e no passivo, simultaneamente.
2. O imposto sobre a renda pode ser um passivo circulante ou um passivo de longo prazo.
3. O imposto sobre a renda, se classificável no ativo, será registrado sempre no circulante e nunca no realizável a longo prazo.
4. Pelas normas fiscais, o valor do imposto sobre a renda provisionado em despesa considerada como não-dedutível, em condições permanentes, que tenha influenciado na determinação do lucro líquido do período.

- 5 O valor de imposto sobre a renda de ajuste de exercícios anteriores deve ser reconhecido como resultado do exercício em que o ajuste foi contabilizado.

QUESTÃO 15

Com relação à elaboração anual das demonstrações contábeis, nas quais as empresas devem observar os princípios fundamentais de contabilidade e uma série de normas que tratam dos seus critérios de preparação, inclusive das notas explicativas, julgue os seguintes itens.

- 1 No balanço, os elementos do ativo devem ser apresentados, sempre, em ordem crescente de grau de liquidez.
- 2 As obras de arte devem ser registradas no ativo diferido.
- 3 As provisões para contingências devem ser apresentadas no patrimônio líquido.
- 4 A demonstração das origens e aplicações de recursos deve evidenciar as variações ocorridas no capital circulante líquido.
- 5 A demonstração das mutações do patrimônio líquido deve evidenciar os dividendos sobre o resultado do exercício.

QUESTÃO 16

Quanto aos critérios de avaliação patrimonial que devem ser observados na contabilização dos ativos e passivos, julgue os itens abaixo.

- 1 Os valores mobiliários mantidos temporariamente no ativo devem ser avaliados ao custo de aquisição, atualizados pelos juros ou pela correção transcorridos, e reduzidos ao valor de mercado, se esse for menor.
- 2 Os estoques devem ser avaliados pelo valor de mercado.
- 3 Os investimentos relevantes em coligadas e controladas devem ser avaliados ao custo, mais correção monetária, ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

- 4 Outros investimentos – que não os feitos em coligadas e controladas –, devem ser avaliados pelo valor de mercado, destacando contabilmente o ágio ou deságio na aquisição.
- 5 Os resultados de exercícios futuros devem ser demonstrados pela diferença entre receitas e custos ou despesas correspondentes.

QUESTÃO 17

Uma empresa apresenta a seguinte estrutura patrimonial: ativo circulante = 5%; ativo realizável a longo prazo = 1%; ativo permanente = 94%; passivo circulante = 10%; exigível a longo prazo = 15% e patrimônio líquido = 75%. Com base nesses dados, julgue os itens seguintes.

- 1 A liquidez dessa empresa é menor que um.
- 2 A liquidez geral dessa empresa é maior que um.
- 3 O quociente de imobilização de capitais próprios é inferior a um.
- 4 O capital de giro próprio dessa empresa é positivo.
- 5 Essa estrutura patrimonial revela que pode tratar-se de uma empresa intensiva em capital.

QUESTÃO 18

Julgue as conclusões de análise das demonstrações contábeis apresentadas nos itens que se seguem.

- 1 Abstraindo-se de outros compromissos, uma empresa que possui um quociente de liquidez igual a 0,71, um prazo médio de renovação do circulante de trinta dias e um prazo médio de pagamento dos compromissos de curto prazo de noventa dias não se encontra em situação financeira difícil.
- 2 Uma empresa com um quociente de endividamento de 0,11 e que opera com prejuízo anual na base de 20% do seu patrimônio líquido deverá enfrentar sérias dificuldades financeiras ao longo do tempo, caso a situação de prejuízo não ser reverta.
- 3 Uma empresa que imobilizou totalmente o seu capital próprio e que necessita expandir a sua planta

instalada só tem como opção o aumento do seu endividamento.

- 4 Um índice de liquidez elevado e um prejuízo acentuado em uma mesma empresa são condições reveladoras de uma boa situação econômica contrastando com dificuldades financeiras.
- 5 A alavancagem financeira positiva decorre da utilização de capitais de terceiros com juros (ajustados pelo efeito do imposto sobre a renda e da contribuição social sobre o lucro) superiores à taxa de retorno dos ativos da empresa.

QUESTÃO 19

Acerca da análise de balanço, julgue os itens a seguir.

- 1 O quociente de retorno sobre o ativo multiplicado pelo quociente do ativo financiado pelo patrimônio líquido (patrimônio líquido / ativo) resulta no quociente de retorno sobre o patrimônio líquido.
- 2 A margem de lucro sobre as vendas é um indicador de avaliação da dependência de capitais de terceiros por parte da empresa.
- 3 O prazo de recebimento de contas é um indicador componente do método Du Pont de avaliação da taxa de retorno do investimento.
- 4 Uma situação de rentabilidade moderada e normalizada é adequada para um endividamento com prazo de pagamento alongado.
- 5 A taxa de juros é fator determinante do nível de endividamento que uma empresa pode assumir, em conjunto com o nível de rentabilidade esperado para os ativos.

QUESTÃO 19

Acerca da análise de balanço, julgue os itens a seguir,

- 1 O quociente de retorno sobre o ativo multiplicado pelo quociente do ativo financiado pelo patrimônio

líquido (patrimônio líquido / ativo) resulta no quociente de retorno sobre o patrimônio líquido.

- 2 A margem de lucro sobre as vendas é um indicador de avaliação da dependência de capitais de terceiros por parte da empresa.
- 3 O prazo de recebimento de contas é um indicador componente do método Du Pont de avaliação da taxa de retorno do investimento.
- 4 Uma situação de rentabilidade moderada e normalizada é adequada para um endividamento com prazo de pagamento alongado.
- 5 A taxa de juros é fator determinante do nível de endividamento que uma empresa pode assumir, em conjunto com o nível de rentabilidade esperado para os ativos.

QUESTÃO 20

De acordo com a Norma de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC-T-11, aprovada pela Resolução CFC n.º 700/91, julgue os itens abaixo.

- 1 Salvo declaração expressa em contrário, constante do parecer, entende-se que o auditor considera adequadas as informações divulgadas nas demonstrações contábeis, tanto em termos de conteúdo quanto de forma.
- 2 Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do auditor que é o responsável por sua guarda e sigilo.
- 3 O termo **fraude** aplica-se a atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
- 4 Os testes substantivos visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários da entidade.
- 5 Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.

QUESTÃO 21

A aplicação dos procedimentos de auditoria independente deve ter como finalidade a obtenção de elementos de convicção válidos para a elaboração do parecer. A respeito do assunto, julgue os seguintes itens.

- 1 O sistema de controles internos é de responsabilidade da auditoria que deve oferecer sugestões objetivas, sistematicamente, visando ao seu constante aprimoramento.
- 2 A inspeção representa o ato de examinar os registros, documentos e ativos tangíveis, com a finalidade de obter elementos de convicção.
- 3 A revisão analítica representa a conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias.
- 4 A investigação e a confirmação representam a ação de obter informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- 5 A observação é o acompanhamento de processo ou procedimento, quando de sua execução.

QUESTÃO 22

Julgue os itens abaixo, relativos aos procedimentos e ao parecer do auditor independente.

- 1 As estimativas contábeis são de responsabilidade do auditor independente e baseiam-se em fatores objetivos e subjetivos, requerendo o seu julgamento na determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.
- 2 O auditor deve aplicar procedimentos específicos em relação aos eventos ocorridos entre a data do balanço e a do seu parecer, que possam demandar ajustes nas demonstrações contábeis ou a divulgação de informações nas notas explicativas.
- 3 A limitação na extensão dos trabalhos do auditor independente, com efeitos relevantes para as

demonstrações contábeis, deve conduzir à opinião adversa.

- 4 O parecer com ressalva é emitido quando o auditor conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira parecer adverso ou abstenção de opinião.
- 5 O auditor não deve incluir no seu parecer, sob a forma de ressalva, esclarecimentos para a correta interpretação das demonstrações contábeis, quando estas forem omissas a respeito.

QUESTÃO 23

Julgue os seguintes conceitos, aplicáveis à área de custos.

- 1 Gasto é o sacrifício financeiro com que a entidade arca para a obtenção de um produto ou serviço qualquer, sacrifício este representado por entrega ou promessa de entrega de ativos (normalmente dinheiro)
- 2 Custeio por absorção é o método que consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e somente os de produção.
- 3 Custo indireto de fabricação é o custo que não depende de critério de rateio ou outro estimativo para sua apropriação ao custo do produto.
- 4 Todos os custos diretos são custos primários.
- 5 O RKW é o método de alocação de custos aos produtos qual considera todos os custos, diretos e indiretos, e as despesas, exceto as de vendas e as financeiras.

QUESTÃO 24

Com relação aos custos para decisão, julgue os itens que se seguem.

- 1 O custeio variável é a forma de apropriação de custos aos produtos que considera apenas os custos variáveis, de maneira que a depreciação ou o

aluguel do prédio da fábrica deve ser registrado diretamente como despesa.

- 2 O conceito de margem de contribuição é importante auxiliar a gerência na identificação da real rentabilidade de um produto, entre outros, em uma mesma linha de produção, considerando todos os custos envolvidos, inclusive os da administração geral.
- 3 O conceito de margem de contribuição é de grande importância para a administração nas decisões sobre o preço de um produto e o melhor aproveitamento da capacidade instalada.
- 4 Quando não há limitação na capacidade produtiva, o produto mais rentável é o que apresentar maior margem de contribuição por unidade.
- 5 havendo limitação na capacidade produtiva, os custos fixos não produzem valores finais de lucros unitários válidos para decisão, se forem alocados em proporção ao que cada produto utilizar do fator de limitação da capacidade produtiva.

QUESTÃO 25

Acerca de produção por ordem e produção contínua, julgue os itens a seguir,

- 1 As empresas de telefonia, de energia elétrica e petroquímicas, nas suas atividades operacionais de prestação de serviço ou industriais, são clássicos exemplos de produção por ordem.
- 2 Tanto na produção por ordem como na produção contínua, os custos indiretos são acumulados nos diversos departamentos para depois serem alocados aos produtos.
- 3 Havendo danificação e perda de uma ordem de produção inteira ou em estado adiantado de produção, de valor relevante, o tratamento contábil mais adequado é a baixa direta para perda do período.
- 4 O conceito de equivalente de produção é utilizado para apuração dos custos unitários na produção por ordem.
- 5 As perdas normais dos processos produtivos devem ser separadas contabilmente, para apropriação

como retificação das receitas em cada período, permitindo uma avaliação mais adequada dos resultados pela gerência.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 26

Nos capítulos LX e LXIV de **Esaú e Jacó**. Machado de Assis traça o ambiente de perplexidade e de surpresa com que o povo recebeu a notícia da proclamação da República.

Quando Aires saiu do Passeio Público, suspeitava alguma coisa, e seguiu até o Largo da Carioca. Poucas palavras e sumidas, gente parada, caras espantadas, vultos que arpejavam caminho, mas nenhuma notícia clara nem completa.

(...)

Aires quis aquietar-lhe o coração. Nada se mudaria; o regime, sim, era possível, mas também se muda de roupa sem trocar de pele. Comércio é preciso. Os bancos são indispensáveis. No sábado, ou quando muito na segunda-feira, tudo voltaria ao que era na véspera, menos a constituição.

A ironia do texto não impede que sejam tecidas algumas considerações sobre conseqüências jurídicas e políticas da forma de governo republicana, bem como acerca da natureza das constituições e do poder constituinte. Com relação a esses temas, julgue os itens abaixo.

- 1 Conforme a doutrina moderna, em uma república idealmente, os que exercem funções políticas representam o povo e decidem em seu nome, mediante mandatos renováveis periodicamente.
- 2 A constituição que se segue a um movimento revolucionário que conquista o poder, com ruptura da ordem jurídica anterior, é tida como obra do poder constituinte originário.
- 3 Uma constituição que se origina de órgão constituinte composto por representantes do povo denomina-se constituição outorgada.
- 4 Constituições, como a brasileira de 1988, que prevêem a possibilidade de alteração do seu próprio

texto, embora por um procedimento mais difícil e com maiores exigências formais do que o empregado para a elaboração de leis ordinárias, classificam-se como constituições semi-rígidas.

- 5 Como é típico do princípio republicano, o chefe do Poder Executivo brasileiro, durante a vigência do seu mandato, pode ser responsabilizado por crimes políticos, embora não o possa ser por crimes comuns.

QUESTÃO 27

O direito de ampla defesa, juntamente com o princípio do devido processo legal, é garantido pela Constituição brasileira. Com relação ao tema, julgue os itens a seguir.

- 1 A garantia da ampla defesa não é incompatível com a fixação de prazos para a apresentação de provas e recursos no âmbito administrativo.
- 2 Por força da garantia da ampla defesa, todas as provas requeridas pelo acusado devem ser admitidas pelas autoridade que preside o processo contra ele aberto.
- 3 Não ofende o princípio do devido processo legal nem a garantia da ampla defesa a suspensão imediata do pagamento de benefício devido pela previdência a seu segurado, tão logo a administração receba evidências de fraude na concessão do benefício, contanto que, pelo menos antes da cassação definitiva do benefício, o segurado tenha a oportunidade de apresentar as suas razões.
- 4 Não ofende a garantia da ampla defesa a produção de prova testemunhal, sem a presença do acusado, se este, intimado à audiência, a ela não comparecer sem motivo justificado.
- 5 As garantias constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal têm aplicação exclusiva nos processos administrativos ou judiciais em que alguém se acha na condição de acusado de infração administrativa ou criminal.

QUESTÃO 28

A respeito dos direitos fundamentais na Constituição de 1988, julgue os itens seguintes.

- 1 Considere que, em uma investigação criminal, realizada sem autorização judicial, foi feita a gravação de comunicações telefônicas de J. Silva e que, no entanto, não se apurou o cometimento de nenhum crime por parte deste; mas as gravações revelaram fatos que poderiam, em tese, ensejar a aplicação de sanções administrativas a ele. Nessa situação, a administração não poderá punir J. Silva com base exclusivamente nos fatos tornados conhecidos pela gravação realizada.
- 2 Sabendo que, segundo a constituição, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é correto concluir que, enquanto não sejam definidas por lei as qualificações necessárias para o desenvolvimento de certa atividade profissional, ela não poderá ser exercida.
- 3 Qualquer indivíduo, desde que brasileiro, é parte legítima para ajuizar ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público.
- 4 A Constituição não admite penas de caráter perpétuo ou de trabalhos forçados.
- 5 Mesmo sabendo que a Constituição estabelece que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, não é correto afirmar que o indivíduo somente possa ser legitimamente preso depois de transitada em julgado a sentença penal condenatória.

QUESTÃO 29

Acerca das emendas à Constituição, julgue os itens que se seguem.

- 1 A proposta de emenda à Constituição que disponha sobre regime jurídico dos servidores públicos, importando aumento de despesas, é da iniciativa exclusiva do presidente da República.
- 2 A proposta de emenda à Constituição votada e aprovada no Congresso Nacional não é submetida à

sanção do presidente da República antes de ser promulgada.

- 3 Uma emenda à Constituição que institua a forma unitária de Estado é, ela própria, inconstitucional e pode ser assim declarada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).
- 4 No quadro de hierarquia das normas, a emenda à Constituição situa-se no mesmo nível das normas produzidas pelo poder constituinte originário.
- 5 O texto constitucional admite expressamente que a Constituição seja emendada por meio de proposta de certo número de cidadãos do país.

QUESTÃO 30

Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à Justiça, julgue os seguintes itens.

- 1 Um cidadão de cinquenta e cinco anos, de reputação ilibada, respeitado professor de Direito, que nunca exerceu a advocacia nem se inscreveu na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), não preenche os requisitos pessoais para ser nomeado Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas preenche os requisitos pessoais para ser indicado Ministro do STF.
- 2 Os membros do Ministério Público são subordinados hierarquicamente aos juízes perante os quais atuam.
- 3 Cabe ao STJ julgar, em recurso especial, as causas decididas em única instância pelos Tribunais Regionais Federais, quando a decisão recorrida contrariar lei federal.
- 4 O Procurador-Geral da República é a autoridade máxima dos Ministérios Públicos da União e dos estados.
- 5 Considere a seguinte situação: **Um segurado do INSS ajuizou ação contra essa autarquia em comarca do interior do seu estado, que não é sede de vara de juízo federal. A demanda tinha expressivo valor econômico e a sua especial importância recomendou rápida solução para o litígio. O INSS não possuía procuradores lotados naquela cidade.** Nessas condições, agiu

corretamente o juiz, ao nomear o promotor o promotor de justiça do local para, em caráter excepcional, atuar como representante judicial da autarquia no caso, e apenas na primeira instância.

QUESTÃO 31

A respeito do sistema tributário nacional, julgue os itens abaixo.

1. Nenhum imposto pode ser exigido sem que lei o estabeleça, mas há impostos que podem ter a sua alíquota alterada por ato do Poder Executivo.
2. Somente a União, por meio de lei complementar, pode instituir empréstimo compulsório.
3. A União não pode instituir imposto sobre a renda dos municípios; não há, porém, limitação a que um imposto federal incida sobre a renda de autarquias dos municípios.
4. A União não pode instituir isenções de tributos da competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
5. Visando proteger o nível de atividade econômica em seu território, o estado-membro está constitucionalmente autorizado a graduar diferentemente as alíquotas dos seus tributos, em razão da região de procedência ou de destino dos bens.

QUESTÃO 32

Julgue os itens a seguir, relativos a medidas provisórias.

1. Sabendo que a Emenda Constitucional n.º 11, de 1996, estabeleceu que é facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei, é correto afirmar que o presidente da República não pode expedir medida provisória para regular a admissão desses professores, técnicos e cientistas estrangeiros no quadro das universidades.

2. O presidente da República pode, legitimamente, reeditar medida provisória que o Congresso Nacional não tenha apreciado no prazo de trinta dias da sua edição.
3. Em casos de especial urgência, é possível, por meio de medida provisória, tipificar como crime condutas danosas à sociedade.
4. Sabendo que a Constituição estabelece que lei complementar disporá sobre dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo poder público, é correto afirmar que essa mesma matéria não pode ser regulada por meio de medida provisória.
5. A medida provisória não pode regular diferentemente assunto já disciplinado por lei ordinária.

QUESTÃO 33

A idéia da inaplicabilidade da lei inconstitucional é uma decorrência do princípio da hierarquia das leis (...). Na ordem jurídica interna, a Constituição é a lei suprema, a matriz de todas as outras manifestações normativas do Estado. (...) O Parlamento ou o Congresso é, no regime constitucional, mero e simples mandatário, cujos poderes se encontram enumerados no instrumento formal do mandato, que é a Constituição. Não lhe é possível, pois, juridicamente, praticar atos em contradição com os dispositivos constitucionais, porque, assim agindo, estaria excedendo os limites de sua competência. (...) Todo o ato que lhe for contrário é destituído de valor jurídico.

Lúcio Bittencourt. O Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das Leis. Rio de Janeiro, Forense, 1968, p. 63-4.

Com o auxílio do texto acima e da teoria do controle da constitucionalidade das leis, julgue os itens seguintes.

1. Tanto a inconstitucionalidade formal como a inconstitucionalidade material de uma lei geram a sua nulidade.
2. Qualquer juiz de primeira instância, ou qualquer turma ou outro órgão fracionário de tribunal, pode

proclamar a inconstitucionalidade de uma lei, no exercício do chamado controle difuso de constitucionalidade (por via de exceção).

3. Mesmo que apenas parte de um artigo de lei seja inconstitucional, o julgador deverá, necessariamente, proclamar a inconstitucionalidade do texto integral do artigo.
4. Se o STF, apreciando um mandado de segurança, proclamar a inconstitucionalidade de uma lei, essa decisão, por si, somente produzirá efeitos para as partes envolvidas no processo.
5. No controle difuso, o julgador somente pode proclamar a inconstitucionalidade de uma lei se uma das partes ou o Ministério Público expressamente o requerer.

QUESTÃO 34

A respeito do controle abstrato da constitucionalidade de normas no direito brasileiro, julgue os itens que se seguem.

1. Somente o STF exerce o controle abstrato da compatibilidade de lei ou ato normativo federal ou estadual com a Constituição Federal.
2. A decisão do STF, em ação direta de inconstitucionalidade, proclamando a inconstitucionalidade de uma lei, tem eficácia *ex nunc*, isto é, a lei somente se torna inconstitucional a partir da decisão final da Corte.
3. A omissão legislativa também pode ensejar ação direta de inconstitucionalidade perante o STF.
4. Qualquer partido político pode ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no STF contra a legitimidade de lei federal.
5. Declarada, em definitivo, inválida uma lei, pelo STF, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, um fiscal do INSS não poderá autuar uma empresa por descumprimento de obrigação fixada na mesma lei.

QUESTÃO 35

Julgue os seguintes itens.

1. Pela sistemática instituída na Constituição de 1988, a seguridade social é totalmente financiada por recursos provenientes de contribuições para esse fim.
2. Os membros do Congresso Nacional e das assembleias legislativas somente podem responder a processo judicial ou administrativo, mesmo que de caráter fiscal, em seguida à autorização da casa legislativa a que pertençam.
3. Mesmo que o presidente da República vete projeto de lei, por entendê-lo inconstitucional, o veto pode ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos deputados e senadores, em escrutínio secreto.
4. Não se admite emenda parlamentar em projetos de lei da iniciativa exclusiva do presidente da República.
5. As leis complementares não têm a mesma posição hierárquica das normas constitucionais que regulam.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 36

No âmbito da administração pública, a lei regula determinadas situações de forma tal que não resta para o administrador qualquer margem de liberdade na escolha do conteúdo do ato administrativo a ser praticado. Ao contrário, em outras situações, o administrador goza de certa liberdade na escolha do conteúdo, da conveniência e da oportunidade do ato que poderá ser praticado. Acerca desse importante tema para o direito administrativo – discricionariedade ou vinculação administrativa e possibilidade de invalidação ou revogação do ato administrativo –, julgue os seguintes itens.

1. O ato discricionário não escapa do controle efetuado pelo Poder Judiciário.
2. A discricionariedade administrativa decorre da ausência de legislação que discipline o ato. Assim, não existindo proibição legal, poderá o administrador praticar o ato discricionário.

3. Um ato discricionário deverá ser anulado quando praticado por agente incompetente.
4. Ao Poder Judiciário somente é dado revogar o ato vinculado.
5. O ato revocatório desconstitui o ato revogado com eficácia *ex nunc*.

QUESTÃO 37

Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores públicos civis federais, sofreu diversas e profundas alterações com a conversão da Medida Provisória n.º 1.573, e suas diversas reedições, na Lei n.º 9.527, de 10 de dezembro de 1997. Acerca dessas alterações, julgue os itens abaixo.

1. Apenas os servidores da União e das autarquias federais passam a ser regidos pelo RJU; os empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas serão regidos pelo regime celetista.
2. A ascensão e o acesso, que já haviam sido declarados inconstitucionais pelo STF, foram excluídos do RJU.
3. Da data da posse, o servidor deverá entrar em exercício no prazo de quinze dias, improrrogáveis.
4. O estágio probatório para servidor nomeado para cargo de provimento efetivo passa a ser de trinta meses.
5. Passa a ser admitida a demissão de servidor estável em decorrência de número excessivo de servidores.

QUESTÃO 38

Em face das regras constantes no RJU dos servidores públicos civis da União acerca das suas responsabilidades civil, penal e administrativa, julgue os itens seguintes.

1. Considere que tenha sido instaurado, contra servidor, processo penal pelo cometimento de crime contra a administração pública, e que este foi absolvido pela negativa de autoria. Em face dessa situação, a

responsabilidade administrativa do servidor ficará automaticamente afastada.

2. Caso o servidor público a quem se imputou o dever de indenizar prejuízo causado ao erário venha a falecer, essa obrigação de reparar o ano poderá ser estendida aos sucessores.
3. As sanções civis, penais e administrativas não poderão ser cumuladas, a fim de se evitar múltipla punição.
4. Condenado criminalmente o servidor por fato que causou prejuízo a terceiro, a vítima do dano deverá demandar a indenização apenas do servidor, restando de pronto afastada a responsabilidade civil da administração.
5. A responsabilidade civil do servidor decorrerá apenas de ato doloso, seja este comissivo ou omissivo.

QUESTÃO 39

Suponha que tenha sido realizada licitação pelo INSS para construção de cem metros quadrados de calçadas para pedestres, conforme especificações constantes no edital. Julgadas as propostas, a licitação foi encaminhada à autoridade competente, que a homologou. Não sendo o objeto da licitação adjudicado, a empresa vencedora apresentou pedido de reconsideração em que alegou ter direito adquirido à celebração do contrato. Tendo sido este pedido aceito, a autoridade competente, antes de assinar o contrato, nele fez incluir cláusula em que impôs ao contratado a obrigação de apresentar garantia sob a modalidade de fiança bancária. Durante a execução do contrato, o INSS, julgando necessário construir dez metros quadrados adicionais de calçadas, fez novamente incluir, unilateralmente, essa alteração no contrato. Em face dessa situação, julgue os itens abaixo.

1. Foi correta a atitude da comissão de licitação ao encaminhar o processo licitatório à autoridade competente, pois a esta cabe adjudicar o objeto da licitação.

2. Tendo sido realizada a licitação, o INSS estaria obrigado a celebrar o contrato licitado com a empresa vencedora.
3. A atitude do INSS de exigir a apresentação de garantia pela empresa contratada é lícita, ainda que essa previsão não constasse no edital.
4. A empresa contratada está obrigada a aceitar a alteração do contrato relativo ao aumento do objeto do contrato.
5. Em face da situação descrita, é correto concluir que se trata de contrato de concessão de obra pública.

QUESTÃO 40

Acerca da obrigatoriedade e das modalidades de licitação, julgue os itens que se seguem.

1. A tomada de preços é modalidade de licitação em que somente poderão participar oferecendo propostas as pessoas cadastradas no órgão ou entidade licitante antes da publicação do edital.
2. Ainda que não tenha sido convidada, a empresa previamente cadastrada poderá apresentar proposta na licitação, sob a modalidade convite.
3. A existência de uma primeira fase de habilitação preliminar é uma das características da concorrência pública.
4. Em face de situação de emergência ou de calamidade pública, a licitação é dispensável.
5. Caracterize situação de inexigibilidade de licitação a existência de fornecedor exclusivo do produto ou serviço.

QUESTÃO 41

As autarquias caracterizam-se

1. pelo desempenho de atividades tipicamente estatais.
2. por serem entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público.
3. por beneficiarem-se dos mesmos prazos processuais aplicáveis à administração pública centralizada.
4. como órgãos prestadores de serviços públicos dotados de autonomia administrativa.

5. por integrarem a administração centralizada.

QUESTÃO 42

A responsabilidade civil da administração pública, disciplinada pela Constituição Federal em seu art. 37, parágrafo 6.º, passou por diversas etapas até chegar ao seu estágio atual de evolução. De uma fase inicial em que o Estado não respondia pelos prejuízos causados aos particulares, a responsabilidade civil da administração pública obedece atualmente a regras especiais de direito público. A respeito desse tema, julgue os itens a seguir.

1. Vigora no Brasil, como regra, a teoria do risco integral da responsabilidade civil.
2. Quando demandando regressivamente, o agente causador do prejuízo responderá de forma objetiva perante a administração pública.
3. Em face de prejuízos causados a particulares, as empresas privadas prestadoras de serviços públicos submetem-se às mesmas regras de responsabilidade civil aplicáveis aos entes públicos.
4. Será subjetiva a responsabilidade civil do Estado por acidentes nucleares.
5. Ainda que se comprove erro judiciário, o Estado não estará obrigado a indenizar o condenado, haja vista a sentença judicial não possuir natureza de ato administrativo.

QUESTÃO 43

João da Silva ocupava o cargo de procurador autárquico do INSS. Em face das profundas alterações que a Constituição Federal tem sofrido no capítulo concernente à administração pública, João requereu, e foi-lhe deferida, a concessão de aposentadoria proporcional. Insatisfeito com sua nova situação de aposentado, João prestou novo concurso para o cargo de fiscal de contribuições previdenciárias do INSS. Considerando as regras constantes na legislação pertinente e a orientação jurisprudencial firmada pelo

STF sobre acumulação e cargos, julgue os seguintes itens.

1. A acumulação dos proventos do cargo de procurador com os vencimentos do cargo de fiscal será considerada indevida.
2. Qualquer acumulação de cargo, emprego ou função públicos será tida como inconstitucional. Essa impossibilidade total de acumulação de cargos na atividade estende-se à acumulação na inatividade.
3. Independentemente da discussão acerca da acumulação dos cargos, João, empossado no novo cargo, terá de cumprir novo estágio probatório e, caso não o cumpra, será demitido.
4. Caso João renunciasse ao provento de aposentadoria, ainda assim seria reputada ilícita a acumulação de cargos de procurador e fiscal do INSS.
5. Caso o servidor tivesse pedido exoneração, e não a sua aposentadoria, do cargo de procurador, no qual já havia adquirido a estabilidade, e fosse empossado no cargo de fiscal, não teria de se submeter a novo estágio probatório.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 44

Acerca do instituto da responsabilidade civil, julgue os itens abaixo.

1. Admite-se, em princípio, no direito brasileiro que, em certas circunstâncias, o indivíduo seja indenizado tanto por danos morais como por danos materiais.
2. A indenização devida a título de responsabilidade civil tem sempre a natureza de pena e não precisa corresponder ao dano efetivamente suportado pela vítima.
3. O caso fortuito ou a força maior constituem causas excludentes de responsabilidade civil.
4. A responsabilidade civil por ato ilícito somente se caracteriza depois da condenação criminal do agente causador de dano.

5. O padrão também é responsável pela reparação civil do dano causado culposamente por seu empregado no desempenho do trabalho que lhe competia.

QUESTÃO 45

Maria contratou o costureiro Manoel, tendo em vista a sua considerável reputação nacional, encomendando-lhe um vestido de noiva a ser por ele próprio confeccionado. Com base nessa situação, julgue os itens a seguir.

1. Maria não está obrigada a aceitar o vestido, caso seja confeccionado por outro costureiro a pedido de Manoel, mesmo que este prove ser o vestido da melhor qualidade e se disponha a reduzir, pela metade, o preço ajustado.
2. Se, depois de celebrado o contrato, mas antes de vencido o prazo para a entrega do vestido, Manoel recusa-se a confeccioná-lo, alegando falta de tempo em virtude de novos compromissos assumidos, Maria poderá cobrar indenização por perdas e danos havidos, além de obter de volta o que já tenha pago pelo serviço.
3. Se Manoel morrer antes do termo final para a entrega do vestido, a obrigação resolver-se-á, sem que Maria tenha direito à indenização por perdas e danos.
4. Mesmo que Manoel se recuse, injustificadamente, a cumprir a sua obrigação, não será cabível a execução direta.
5. Nada impede que, no contrato celebrado entre Maria e Manoel, se estipule cláusula penal para o caso de mora, que será legítima desde que o valor da pena seja, no máximo, igual ao dobro acertado para a confecção do vestido.

QUESTÃO 46

Caio, um rico proprietário de diversos imóveis, sua mulher Rívia, com quem era casado em regime de separação total de bens, e seu filho, Tício, de três anos de idade, sofreram um acidente automobilístico, no qual Caio faleceu. Caio não deixou testamento, e os seus pais estão vivos. A partir dessas informações, julgue os itens seguintes.

1. Se somente Caio faleceu no acidente, os seus bens serão herdados por sua mulher, por seus pais e pelo filho, em cotas iguais.
2. Se, no mesmo acidente, Tício também morrer e se for apurado que Tício morreu depois de Caio, os pais de Caio nada herdarão, e os bens que eram de Caio ficarão com Rívia.
3. Se Tício também falecer no mesmo acidente e não for possível determinar quem morreu primeiro, os pais de Caio herdarão os seus bens e Rívia nada herdará.
4. Se Caio, Tício e Rívia, em decorrência do acidente morrerem, um em seguida ao outro, nessa ordem, os bens de Caio serão herdados pelos pais dele.
5. Se Rívia também falecer no acidente, Tício não herdará os bens de Caio, por ser menor absolutamente incapaz; os bens de Caio, nesse caso, serão herdados pelos pais dele.

QUESTÃO 47

Luzia, com vinte anos de idade, concluiu recentemente o curso superior de Engenharia, tendo acabado de colar grau, e agora deseja casar-se com Paulo, sendo que o casal pretende manter-se com o salário dele. Partindo dessa situação, julgue os itens que se seguem.

1. Se os pais de Luzia não consentirem no casamento, este somente poderá realizar-se quando ela completar vinte e um anos.
2. Se for adotado no casamento o regime legal de bens, os bens adquiridos por Luzia, mesmo depois do casamento, por meio de doação ou de legado em seu favor, somente a ele pertencerão.
3. Qualquer que seja o regime de bens adotado no casamento, Paulo somente poderá alienar bens imóveis com consentimento de Luzia.
4. Se for adotado, no casamento, o regime da comunhão universal de bens, os cônjuges poderão, mais tarde, desde que na constância do casamento, retratar-se da opção feita, passando a adotar o regime legal de bens.

5. Realizado o casamento, a obrigação de Paulo de sustentar a sua mulher cessará, se Luzia abandonar, sem justo motivo, a habitação conjugal, recusando-se a voltar a esta.

QUESTÃO 48

A respeito da disciplina dada pelo Código Civil aos bens móveis e imóveis, julgue os seguintes itens.

1. O trator pertencente ao dono de uma fazenda, mantido nesta para a sua exploração, agrícola, é considerado bem imóvel.
2. Um bem imóvel, objeto de compra e venda, é adquirido pelo comprador com a celebração, por instrumento público, do contrato respectivo.
3. Apenas os bens móveis podem ser objeto de hipoteca.
4. As árvores, aderidas ao solo, são bens imóveis.
5. O direito de propriedade sobre um edifício extingue-se com o desmoronamento completo do mesmo, ainda que subsista o direito ao terreno.

QUESTÃO 49

Suponha que uma determinada obrigação deva ser cumprida no domicílio do credor, pessoa natural. À vista da compreensão do conceito jurídico de domicílio, julgue os itens a seguir.

1. Se o credor tiver duas residências, nas quais alternadamente viva, a obrigação poderá ser satisfeita em qualquer dessas residências.
2. Se o credor estiver louco, devidamente interditado, a obrigação deverá ser cumprida no domicílio do seu curador.
3. Se o credor, funcionário público lotado em São Paulo – SP, estiver passando férias em uma casa de praia, alugada, em Parati – RJ, a obrigação poderá ser cumprida em qualquer uma das duas cidades.
4. Em qualquer hipótese, caso se trate de credora casada, a obrigação deverá ser satisfeita no domicílio de seu marido.

5. Se o credor não tiver residência habitual, a obrigação poderá ser satisfeita em qualquer lugar em que ele for encontrado.

QUESTÃO 50

O direito norte-americano, desde o século passado, protege certa quantidade de bens do patrimônio do devedor, para que a sua família não quede ao desamparo, em caso de desastre econômico (*homestead*). Tal instituto foi adotado por diversos países (cf. STJ – REsp 31.930 – RSTJ 75/303). No Brasil, semelhante preocupação ganhou diploma legal específico em 1990 (Lei n.º 8.009, de 29/03/90, que trata do **bem de família**). Acerca desse instituto, como regulado na lei mencionada, julgue os itens abaixo.

1. O imóvel residencial do casal não responde pelas dívidas civis e comerciais contraídas pelos cônjuges, mas responde por todas as dívidas previdenciárias e fiscais dos mesmos.
2. Se o casal tiver mais de um imóvel, que use como residência, todos eles serão impenhoráveis.
3. Somente o imóvel urbano pode ser considerado bem de família, para fins de impenhorabilidade.
4. Alguns móveis já quitados, que guarnecem a residência, como, por exemplo, a cama do casal, também se compreendem entre os bens impenhoráveis.
5. Os quadros de pintores renomados e valiosos que o casal mantém em sua residência não são considerados bens de família impenhoráveis.